

A EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE CAPITALISTA: DESAFIOS À FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Sicleide Gonçalves Queiroz¹

RESUMO: *Este artigo traz uma discussão sobre os desafios do papel da educação na sociedade capitalista, abordando, inicialmente, uma reflexão em torno das conseqüências da ausência de referenciais teórico-pedagógicos no sistema educacional brasileiro e como o capitalismo atua diante desta realidade. Mostra, embora minimamente, as condições atuais da formação docente, os desafios da prática pedagógica e a contribuição do professor para a intervenção social. Por fim, propõe-se uma reflexão em torno da organização do trabalho pedagógico e sua relação como o projeto capitalista de sociedade, buscando apontar caminhos para uma educação viva, significativa e transformadora.*

Palavras-chave: Educação contemporânea; Formação docente; Organização do trabalho pedagógico.

INTRODUÇÃO

A educação escolar brasileira parece caminhar por uma trilha de dúvidas e incertezas no que concerne às teorias que fundamentam as práticas pedagógicas. A ausência dessas referências é revelada pelo discurso dos sujeitos que constituem a comunidade escolar (professores, diretores, coordenadores, estudantes, pais, dentre outros), ora pelo desconhecimento da necessidade de um aporte teórico ora pela ideia do ecletismo pedagógico.

Partindo deste pressuposto torna-se inegável que a ausência de um referencial teórico-pedagógico deixa a escola a mercê das armadilhas da política capitalista, que utiliza o espaço educativo em favor do fortalecimento do sistema, primando pela competitividade, individualismo e meritocracia.

Mészáros (2005) ao reconhecer a existência da interrelação entre a educação atual e os processos de reprodução mais amplos, diz que (...) “uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem realizar as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança” (p.04).

É importante que se perceba que a classe dominante tem clareza do papel fundamental da escola para a transformação social, pois historicamente “(...) tem manipulado os diversos recursos ideológicos, envolvendo a Filosofia, a Ciência, o Direito, valendo-se para tanto, principalmente da religião, da literatura, dos meios de comunicação e da escola” (LACKS, 2004, p.103).

¹ Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Sergipe, especialista em Educação e Pluralidade Sócio-Cultural (UEFS) e graduada em Pedagogia (UNEB/CAMPUS XI). E-mail: siqueiroz@yahoo.com.br

Como afirma Lombardi (2005, p.04) “... não faz sentido discutir abstratamente sobre a educação, pois esta é uma dimensão da vida dos homens que se transforma historicamente, acompanhando e articulando-se às transformações dos modos de produzir a existência dos homens”. Visto desta forma, o papel da educação volta-se para os processos sociais de formação dos sujeitos, pois não faz sentido educar sem transformar as reais condições de vida do sujeito, uma vez que é através da luta e organização que as transformações acontecem.

Dentro da perspectiva da educação enquanto propulsora de mudanças, Lombardi, afirma: “Penso que não é possível o avanço da discussão sobre as perspectivas transformadoras de nossa sociedade deixando-se de lado as perspectivas também transformadoras de um projeto revolucionário de educação” (2005, p.02).

Por isso, o papel de educar na sociedade capitalista, como a que convivemos, precisa realmente estar aliado a um projeto de construção de uma sociedade mais humana, justa e igual, dentro da perspectiva do direito às condições básicas à vida em sociedade, (educação, saúde, lazer, bens culturais...), contribuindo, assim, para o respeito à cidadania dos seres humanos oriundos de contextos sócio-econômicos menos favorecidos.

2. A FORMAÇÃO DOCENTE E O CONTEXTO SÓCIO-EDUCACIONAL

A formação de professores historicamente esteve atrelada à preparação do sujeito para o tipo de sociedade existente em cada época. Além disso, concretizou-se também como uma luta histórica travada entre o governo, pleno defensor da política neoliberal, e a organização da categoria que sempre buscou respeito, autonomia e melhores condições para a educação oferecida nas escolas públicas brasileiras.

De acordo com Lacks (2004, p.57):

Na materialização da luta de classes é que se configuram os projetos de formação de professores: um advindo do movimento dos educadores, e outro, fundamentado das políticas implementadas pelo governo federal. Eles têm como objetivos construir sociedades diferentes.

Assim, sendo o Estado representante dos interesses do capitalismo tenta através de suas políticas, ou com a ausência delas, manter a escola sob o seu domínio. Neste contexto, de acordo ao que afirma Lacks, (2004, p.58), “(...) a alternativa que resta ao capital é controlar a escola, e de forma que ela garanta a formação a partir de sua concepção de sociedade. Os agentes dessa garantia são, sem dúvida, os professores”.

Muitas vezes, os professores são responsabilizados pelo fracasso da educação, o que nem sempre é verdade. Porém, as mazelas da educação estão associadas a um conjunto de elementos que constituem o processo educacional. Por isso, o investimento na formação do professor através de cursos, graduação à distância, dentre outros, são vistos como formas de “resolver” os problemas da educação. Aqui não queremos desconsiderar a contribuição de cada experiência vivida ou conhecimento adquirido para a formação, mas focar o docente como o principal responsável pelo insucesso da educação é inaceitável.

Vale ressaltar que, com a regulamentação da LDB (Lei de Diretrizes e Base) 9394/96 onde exige do professor formação em nível superior, emerge-se concomitantemente a isso, a apropriação desta necessidade em função do lucro, uma vez que a oferta de cursos de licenciaturas no mercado através de cursos a distância tem se tornado um negócio crescente e rentável em nosso país.

Esta tendência ao apressamento da formação torna a construção do conhecimento também acelerada, levando o professor a não ter tempo suficiente para conhecer, refletir e discutir sobre as teorias que embasam a educação, até mesmo porque nem sempre faz parte do objetivo central da formação pensar num projeto de educação crítica-reflexiva, associado à luta por uma sociedade melhor.

Assim, de acordo com LACKS (2004, p.103)

A formação de professores, como já dissemos, é estratégica e está a serviço da classe dominante. Qualquer tentativa de mudança estrutural em sua formação leva grande parte dos professores a retraírem-se e fecharem-se na segurança do já existente.

A temática da formação de professores é considerada como um desafio da educação contemporânea uma vez que desafia-nos constantemente a discussão em torno das seguintes questões: Que tipo de formação está sendo oferecida aos professores? Com qual objetivo e por quê?

A reflexão sobre estas indagações se faz necessária porque vivemos numa sociedade capitalista onde a escola precisa ser espaço de diálogo e crítica acerca da política sócio-econômica presente nas relações cotidianas, e neste cenário, o professor possui relevante papel na transformação das ideias e na construção do conhecimento.

Partindo deste pressuposto, a ausência das respostas às perguntas supra-citadas torna o professor, que deve ser sujeito do próprio processo de formação, um objeto, exposto a manipulação do sistema capitalista e da política neoliberal. Isso porque existe clareza por parte dos mesmos da importância do papel do professor para a formação da consciência dos educandos.

Muitas vezes, os professores revelam desesperança e descrença em seus discursos e em suas práticas sobre o papel transformador da escola, haja vista que apresentam um distanciamento entre a prática educativa na escola e a idealização de um projeto de sociedade melhor e nem sempre percebem-se ricos de significados para a vida dos educandos.

O entendimento acerca da qualidade da formação do professor pressupõe a identificação das teorias que fundamentam as práticas cotidianas nas escolas brasileiras no que concerne a Sociologia, a História, Filosofia, inserindo no bojo da discussão a definição do projeto histórico que se quer construir socialmente, pois não existe prática docente sem intencionalidade já que a escola (...) “nunca é neutra, mas sempre ideológica e praticamente comprometida” (GASPARIN, 2003, p.02).

De acordo com Lacks, “... historicamente a educação tem materializado uma teoria pedagógica que atende aos processos capitalistas a que estão submetidos os indivíduos na escola e nas relações sociais e produtivas” (2004, p.57). A ausência desta consciência, incutida na própria formação e na organização do trabalho pedagógico, leva o professor a reproduzir os ideais do projeto capitalista, promovendo a consolidação de uma sociedade consumista, competitiva, individualista, injusta e não solidária, o que contradiz o papel fundamental da educação que é formar sujeitos críticos, participativos, construtores da sua história individual e coletiva.

3. REFLEXÃO SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

O trabalho pedagógico realizado nas escolas brasileiras necessita de reflexões em torno da organização, bem como sua função social, uma vez que do modo como está articulada atualmente percebe-se que apenas representa os interesses da sociedade capitalista. De acordo com Freitas (1995) esta realidade pode ser percebida a partir da contradição existente nas categorias da atual organização do trabalho pedagógico da escola na sociedade capitalista.

Propomos examinar as seguintes categorias: os objetivos gerais/avaliação da escola (função social); e o conteúdo/forma geral do trabalho pedagógico da escola (do qual destacamos a artificialidade da vida escolar separada da produção material, a fragmentação do trato com o conhecimento e a gestão da escola na sua forma autoritária e alienante) (FREITAS, 1995, p.95).

Como afirma Freitas (1995), o caráter elitista da escola capitalista é manifestado no processo de seletividade facilmente identificado na escola, o que reforça a ideia de que a escola não é para todos.

A seletividade da escola é facilmente observada e não demanda grandes explicações. Basta compararmos o número de classes existentes na 1ª série do 1º grau com o número de classes existentes na 5ª e na 8ª séries deste mesmo grau. O sistema educacional é piramidal (FREITAS, 1995, p.95).

Freitas (1995, p.96) diz ainda que, “a seletividade da escola opera como deturpadora, premiando os alunos que têm “mais vontade” e são mais “esforçados”, os alunos que não se enquadram devem ocupar postos de menor qualificação. Deste modo, a escola opera como reprodutora da desigualdade e exclusão social.

Assim, “esta função social da escola capitalista é incorporada aos objetivos da escola, bem como às práticas de avaliação, e passa a fazer parte da própria organização do trabalho pedagógico” (FREITAS, 1995, p.96). Assim, por ser privilégio de poucos, o conhecimento passa a ser representação do poder e da dominação; passa a ter papel importante na composição das classes, pois “(...) é propriedade privada de uma classe social que consegue permanecer no interior da escola, excluindo outras” (FREITAS, 1995, p.97).

Para um sujeito da classe sócio-cultural-econômica desfavorecida ingressar e permanecer na escola não é tarefa fácil, diante do enfrentamento cotidiano de um conjunto de dificuldades relacionadas à ausência de políticas públicas necessárias às condições básicas da vida humana,

fato que tem obrigado as populações mais pobres a priorizarem a sobrevivência imediata em detrimento da escolarização.

Conciliar trabalho e escolarização tem sido um desafio à população pobre, diante da necessidade na sociedade capitalista do *ter* dinheiro para a sobrevivência. Diante disso, muitos abandonam a escola, crianças, adolescentes, jovens e adultos, antes mesmo de concluírem o Ensino Fundamental em busca de trabalho para manterem as necessidades básicas da sobrevivência de suas famílias.

Diante desta realidade,

(...) O próprio saber também está marcado pelas mesmas relações predominantes, o que não implica, necessariamente, negar todo o saber como “saber burguês” e apenas investir na criação de um “saber específico” das classes populares, pelas classes populares. A escola, entretanto, não foi feita para o aluno/trabalhador. Essa perspectiva só pode existir na escola a partir do momento em que há resistência. Os filhos dos trabalhadores, quando conseguem ir à escola, são eliminados dela progressivamente. Que tudo isso se dê no interior de contradições, não elimina esta realidade, apenas a reforça (FREITAS, 1995, p.103).

Neste contexto, a própria organização da sociedade capitalista institui o saber como mecanismo de divisão de classes entre oprimidos e opressores. O próprio sistema expulsa a classe operária da escola, negando-lhe o direito ao conhecimento, condicionando-a exploração da força de trabalho e manipulação da consciência da realidade. Desta forma, a escola materializa a sua função social a serviço dos interesses da classe burguesa e não aos interesses da classe trabalhadora.

Como afirma Freitas (1995, p.99):

Portanto, está aqui identificado um entrave importante às inovações no campo da organização do trabalho pedagógico: a organização social. A escola não é uma ilha na sociedade. Não está totalmente determinada por ela, mas não está totalmente livre dela. Entender os limites existentes para a organização do trabalho pedagógico ajuda-nos a lutar contra eles; desconsiderá-los conduz à ingenuidade e ao romantismo.

Por isso, faz-se necessária a compreensão da importância da escola para a intervenção social, identificando, pois, dois caminhos completamente distintos do trabalho pedagógico: reprodução do sistema capitalista, favorecendo a perpetuação da dominação da classe burguesa ou a construção de um projeto de sociedade democrática, participativa, cidadã, o que defende o socialismo.

O que vemos, de acordo com Freitas (1995, p.99) é que “a organização do trabalho pedagógico da escola e da sala de aula é desvinculada da prática, porque desvinculada do trabalho material. Portanto, neste contexto, só pode criar uma prática artificial, que não é o trabalho vivo”. Desde modo, a escola passa a não atender as expectativas do contexto em que se insere pela sua natureza estática, monótona e reprodutivista.

Por isso,

É o trabalho material o elemento que garante a indissolubilidade entre teoria e prática social e exige interdisciplinaridade. É por isso que a pedagogia socialista vê no trabalho material uma categoria central para a educação. Essa afirmação supõe, portanto, um novo enfoque para a produção do conhecimento. Neste novo enfoque, não há lugar para a separação entre teoria e prática, nem entre sujeito e objeto (FREITAS, 1995, p.100).

Sobre a importância do trabalho na organização da prática pedagógica, vinculado a prática social, Pistrak (2000) traz algumas considerações no tocante aos mecanismos e possibilidades do trabalho com função social no espaço educativo: trabalho doméstico, subsequentemente, o trabalho social que não exigem conhecimentos especiais, as oficinas escolares, o trabalho agrícola, a fábrica e o trabalho “improdutivo”.

De acordo com Pistrak,

O trabalho na escola, enquanto base da educação, deve estar ligado ao trabalho social, à produção real, a uma atividade concreta socialmente útil, sem o que perderia seu valor essencial, seu aspecto social, reduzindo-se, de um lado, à aquisição de algumas normas técnicas, e, de outro, a procedimento metodológicos capazes de ilustrar este ou aquele detalhe de um curso sistemático. Assim, o trabalho se tornaria anêmico, perderia sua base ideológica (PISTRAK, 2000, p. 38-39).

Vale ressaltar que Pistrak faz algumas observações em torno da arduidade da tarefa para se utilizar esses mecanismos como princípio educativo, principalmente tornar sempre o trabalho com valor e utilidade social, o que não pode ser confundido como exploração infantil, mas sim, tarefa de reconhecimento pelo coletivo da escola.

Os educandos precisam participar ativamente da construção do processo educativo, porém como sujeitos e não meros objetos, receptores de informação, sendo esta ainda uma realidade viva em pleno século XXI nas escolas. O professor ainda não está preparado para o exercício da cidadania e democracia dentro da própria escola. Isto manifesta um grande entrave na formação docente que reflete na organização do trabalho pedagógico e até mesmo no sentido da educação na contemporaneidade.

Diante do exposto, pode-se afirmar que são muitos os desafios da escola imersa na sociedade capitalista, começando pelo entendimento do papel da educação no contexto atual para a organização do trabalho pedagógico vinculada à prática social, à luta por um projeto de sociedade democrática, justa, digna, menos desigual, mais humana.

CONSIDERAÇÕES IN (CONCLUSIVAS)

Um novo pensar sobre o papel que tem desempenhado a educação nas escolas brasileiras (nos âmbitos, público e privado) se faz necessário, pois exige uma análise conjuntural a partir de um olhar crítico-investigativo acerca de cada órgão que compõe o corpo educacional, as interrelações entre si e com o todo.

Por isso, a educação precisa ser vista como um emaranhado de elementos (governo, políticas, professores, alunos, pais, comunidade, sociedade...) que juntos, cada um exercendo o seu papel, possa proporcionar ao sujeito o desenvolvimento integral, nos aspectos físico, cognitivo, intelectual, emocional, psíquico, sócio-cultural, o que refletirá certamente na construção de uma sociedade justa e mais humana.

Neste contexto, faz-se necessário uma reestruturação do próprio sistema educacional, buscando-se construir políticas voltadas à formação de professores refletivos e autônomos, opostos a organização do trabalho pedagógico atual, que é voltada para atender a demanda da sociedade capitalista.

Parafraseando Freitas (1995) é preciso trazer o impacto do trabalho vivo da forma de organização do trabalho pedagógico, buscando subverter “(...) as próprias bases da organização curricular da escola capitalista” (p.100). Portanto, mesmo que buscar a mudança não seja uma tarefa fácil, Lombardi (2005, p.34) afirma que,

Para além de uma escola mistificadora e conformista, precisamos como educadores acreditar no futuro, submetendo o presente a uma profunda, radical e rigorosa crítica que, desvinculando-se de tudo o que é antiquado e caduco, colabore com o processo de construção do novo.

Construir uma educação diferente é possível, mas antes de tudo é necessário que acreditemos nesta possibilidade, porque mover estruturas solidificadas historicamente não é uma tarefa fácil, nem mesmo de um só. Porém, como educadores precisamos valorizar a oportunidade de participarmos diretamente da formação humana e promovermos a solidariedade, a união, a justiça, visando a construção de uma sociedade nova e um mundo melhor.

REFERÊNCIAS

FREITAS, Luiz Carlos de. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. Campinas/São Paulo: Papirus, 1995.

GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. 2 ed. São Paulo: Autores Associados, 2003.

LACKS, Solange. **Formação de professores: a possibilidade da prática como articuladora do conhecimento**. Tese de doutorado. Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2004.

LOMBARDI, José Claudinei. Educação, ensino e formação profissional em Marx e Engels. In: LOMBARDI, José C. e SAVIANI, Dermeval. **Marxismo e educação: debates contemporâneos**. São Paulo: Autores Associados, 2005.

MÉSZÁROS. Istévan. **Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

PISTRAK, M. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.